



Processo: 69/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo artigo 116 e artigo 117, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, apresenta

EMENDA MODIFICATIVA

a fim de alterar a alínea d do inciso I do artigo 7º da propositura que tramita pelo processo de número supramencionado, cuja redação passará a ser a seguinte:

Art. 7º

I -

[...]


d) acessar as instalações das sessões plenárias e comissões portando arma de qualquer natureza, ainda que o vereador possua porte de armas;

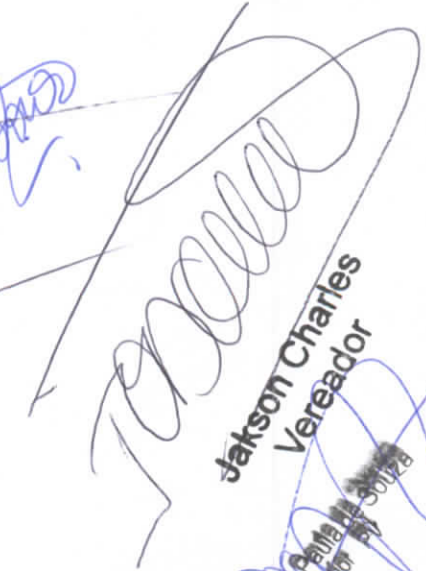
Sala das Reuniões das Comissões, de de 2022.


Helio Araújo Pereira
VEREADOR


Frederico Moreira Teixeira
VEREADOR


Delcimar Portunato Felix
VEREADOR


Renato de Almeida
VEREADOR


Jackson Charles
VEREADOR

IBRG/EMENDA 12/21-6-2022


Suender Teodoro da Silva
VEREADOR


Domingos Paulo de Souza
VEREADOR



PROJETO DE RESOLUÇÃO. INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE.

1 - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora que "Institui O Código De Ética E Decoro Parlamentar Da Câmara Municipal De Anápolis".

2 - FUNDAMENTAÇÃO

A proposição é materialmente constitucional e legal, afinal o tema nela tratado não afronta qualquer preceito ou princípio da Constituição Federal de 1988 e nem de outras leis do ordenamento jurídico pátrio. Passemos, então, ao estudo de a quem compete legislar sobre o assunto.

A Constituição Federal de 1988, nos incisos I e II de seu artigo 30, estabelece que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as normas federais e estaduais, no que couber.

Ora, o Projeto de Resolução aqui discutido se amolda a esses dispositivos constitucionais. Sendo assim, a proposta de Lei aqui discutida não incorre na chamada inconstitucionalidade formal orgânica.

Por outro lado, a Lei Orgânica de Anápolis não exige que o processo legislativo tratando sobre o assunto da emenda aqui discutida seja deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo (artigo 54). Ademais, o projeto em tela foi apresentado pela Mesa Diretora, competente para propor a matéria de organização interna, nos termos do Art. 101, § 2º do Regimento Interno, motivo pelo qual não há a denominada inconstitucionalidade forma subjetiva.



3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da propositura aqui discutida, **DESDE QUE NA FORMA DAS EMENDAS APRESENTADAS**.

É o parecer.

Anápolis, de de 2022.

Vereador(a) Relator(a)